



# MOBILIZAÇÃO INDUSTRIAL: UMA NECESSIDADE?

Jorge Luiz Abreu do O' de Almeida

---

*"Desde o momento em que a esmagadora capacidade industrial dos Estados Unidos teve a possibilidade de se fazer presente em todos os teatros de guerra, passou a não haver para a Alemanha qualquer possibilidade de vitória final."*

(Marechal Rommel)

---

**2** de abril de 1982 – manhã cinzenta e fria, no Atlântico Sul

Sem qualquer comunicação formal – interrompendo anos de negociações – uma Força-Tarefa argentina desembarcou e aprisionou a guarnição de Fuzileiros Navais ingleses: fora desencadeada a "Operação Rosário", que veio a deflagrar uma guerra limitada, num teatro de operações reduzido: a Guerra das Malvinas!

Setenta e quatro dias depois, assistiu-se à assinatura da rendição incondicional das Forças Argentinas, engajadas naquela operação.

Tratava-se de uma histórica e antiga pendência, na qual a versão argentina dava conta de que as Malvinas haviam sido descobertas em 1520, pelo piloto espanhol Estéban Gomez, que não deixou, no entanto, registros históricos significativos; alegava, ainda, sua posição de

herdeira das possessões espanholas, aquém do Meridiano de Tordesilhas, e que aquelas ilhas seriam a continuação natural de seu território. Entretanto, alguns autores, inclusive argentinos, comentaram que a Operação Rosário teria, como principal motivação, buscar uma projeção maior sobre a Antártica, apoiando essa teoria no fato de haverem sido ocupadas, inicialmente, as Ilhas Geórgia do Sul, a 2.100 km do seu litoral.

A versão inglesa, por seu turno, alegava que as Ilhas Falklands tiveram sua descoberta registrada em 1592, pelo Capitão John Davis, Comandante da Nave Desire. Alegava, também, que lá permaneciam, continuamente, há mais de um século, sentindo-se amparadas pelo instituto jurídico do Uti Possidetis. Apresentava, ainda, o resultado contundente de um plebiscito, feito com os nativos daquelas ilhas – os kelpers – que optaram em permanecer ligados ao Reino Unido.

Com o acirramento das posições, a questão tendeu a agravar-se, especialmente a partir de 1833, com o início do funcionamento de um insular governo inglês.

Como os argentinos não conseguissem demover os ingleses, apesar de repetidas conversações diplomáticas, optaram por iniciar operações bélicas, nas quais empregaram uma Força

Tarefa que não esperava enfrentar oposição significativa – ela iria operar a 600 km de suas bases, enquanto que os ingleses, se viessem, teriam de atuar a mais de 13.000 km de casa, a 21 dias de mar.

Terminado o confronto militar, as conseqüências imediatas eram:

**Perdas Argentinas:**

- 6 navios:
- Cruzador Belgrano;
- Pesqueiro Narwall;
- Navio de Transporte de Pessoal Isla de Los Estados;
- Submarino Santa Fé;
- Navio Transporte de Pessoal Rio Caracaranã;
- Navio de Transporte de Pessoal Bahia Buer Sucesso.
- cerca de 60 aviões de combate;
- 746 mortos e
- mais de 8.400 prisioneiros

**Perdas Inglesas:**

- 7 navios:
- Contratorpedeiro Sheffield;
- Fragata Ardent;
- Fragata Antflope;
- Navio Transporte de Pessoal Atlantic Conveyor;
- Contratorpedeiro Coventry;
- Navio Transporte de Pessoal Sir Galahad;
- Navio Transporte de Pessoal Sir Tristan;

- cerca de 20 aviões de combate e
- 255 mortos.

Enfim, fora o confronto de um exército de conscritos, mal armados e mal adestrados, contra uma força armada de profissionais, bem equipada e em elevado apronto operacional. Agravava a diferença, o uso intensivo de helicópteros, de equipamentos de visão noturna, de guerra eletrônica e até de "munição inteligente".

Além do material bélico usualmente empregado pelas forças armadas, foram utilizados também:

#### **Pelos Argentinos:**

- aeronaves comerciais das "Aerolineas Argentinas" e da "Austral";
- aeronaves cedidas por países amigos; e
- outros itens importados de material bélico... que não eram usualmente empregados!

#### **Pelos ingleses:**

- transatlânticos de passageiros e outros navios pertencentes às companhias inglesas de navegação;
- navio-aeródromo Invencible, já vendido e em fase de entrega ao comprador; e
- aeronaves Vulcan, já desativadas pela RAF.

Mas que base jurídica invocaram esses países para utilizar este esforço de material? Houve decretação da Mobilização Nacional naquelas nações? E elas se satisfizeram com material autôctone?

Para iniciar a resposta dessas inquirições, analise-se o conceito de Mobilização, estabelecido pela Doutrina Básica de Mobilização Nacional, recentemente aprovada pelo Presidente da República.

"A Mobilização Nacional é o conjunto de atividades empreendidas pelo estado, ou por ele orientadas, desde a situação de normalidade, completando e complementando a logística nacional, com o propósito de capacitar o poder nacional a realizar ações estratégicas, no campo da Segurança Nacional, para fazer face a uma situação de emergência, decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de guerra."

Ressalta-se, do conceito acima, que a Mobilização só poderá ser empregada:

- no campo da Segurança Nacional;
- na iminência de concretização ou efetivação de uma HG (Hipótese de Guerra); e
- para completar e complementar a Logística Nacional.

É importante realçar que essas atividades se realizam "desde a situação de normali-

dade", significando afirmar serem *permanentes* as destinadas ao seu preparo ou planejamento (primeira fase da Mobilização) e *eventuais* as tarefas ligadas a sua execução (segunda e decisiva fase da mobilização).

Entre os beligerantes citados e o Brasil existem diferenças jurídicas, institucionais e doutrinárias, mas os inúmeros pontos de convergência na doutrina de Mobilização levam ao uso comum de:

— adoção de medidas e atividades de Mobilização sempre que a Segurança Nacional desses países o recomendar; e

— reforço da Expressão Militar com os meios necessários à garantia da sua Soberania e da Integridade do respectivo Patrimônio Nacional, mesmo com sacrifício do Desenvolvimento.

Como exemplo marcante poderia ser citado o emprego, pela Força Aérea Argentina, de aeronaves comerciais — com seu grande raio de ação e sofisticados sistemas de navegação — as quais propiciaram uma capacidade de reconhecimento aéreo no Atlântico Sul (esclarecimento oceânico), buscando localizar a armada adversária, nucleada em torno de dois navios aeródromos (HMS, Hermes e Invencible), e os transportes que demandavam a área de operações.

Outro exemplo, este britânico, foi a utilização dos navios

ingleses, Camberra, Queen Elizabeth II e Uganda, além de vários outros, para incrementar a força de transporte da fração da Armada Real Britânica, empregada na ação cognominada de "Operação Corporate".

Nos exemplos apontados, vê-se a roçada de meios empenhados no campo do Desenvolvimento (aviação comercial argentina e marinha mercante inglesa) para reforçar o da Segurança, com respaldo na legislação vigente em cada um desses países. Mas, como isso se passou? Fora decretada a Mobilização, total ou parcial, naquelas Nações?

Analise-se o que aconteceu em cada um dos países contendores, começando-se pela Argentina.

A Lei de Mobilização (Lei Nº 17.649, de 25 Fev 68) e seu Regulamento (Decreto 4.247, de 19 Jul 68) permitiram a requisição dos meios materiais necessários para o incremento da Expressão Militar, dentro do espírito das Diretrizes Preliminar e Complementares de Mobilização. Trata-se, então, de instrumentos jurídicos anteriores à contenda e de providências planejadas na fase do "Preparo da Mobilização". Se não houve uma Mobilização Geral, pelo menos ocorreu uma Parcial, com a execução de medidas improvisadas. Porém, é fato sabido que as Forças Armadas Argentinas, utilizadas na

Operação Rosário, sofreram carência de inúmeros itens (munição em geral, alimentação, agasalhos etc.), não encontrados no comércio internacional e que a indústria local não conseguira fornecer, mostrando que a Mobilização Parcial realizada não chegara para complementar a Logística desse país eficientemente.

Enquanto isso, no Reino Unido, a experiência em guerras anteriores fez criar, em 1924, o Principal Supply Officers Committee para "coordenar as providências de suprimentos de guerra necessários às Forças Singulares e agilizar a utilização das indústrias britânicas com mais eficiência, durante uma emergência". Assim, apenas dois dias após o desencadeamento das ações bélicas prescritas pelo planejamento da Operação Rosário, foi aprovado, pela Rainha Elizabeth II, o Requisition of Ship Order 1982, como a regulamentação de emergência que se fazia imprescindível. Esse instrumento jurídico permitia requisitar, "para o serviço de Sua Majestade, qualquer navio britânico, assim como tudo a bordo dele, onde quer que estivesse". Com esse respaldo, cinquenta navios vieram reforçar a Royal Navy, requisitados em seguida, e nos quais foram realizadas as modificações julgadas necessárias, tais como:

- de transatlânticos de passageiros em navios transporte de tropa;
- de navios *porta-containers* e *roll-on-roll-off* em navios transportadores de aeronaves;
- de navio-escola para navio-hospital;
- de navios petroleiros em navios-tanques, destinados ao reabastecimento da Armada em operações no mar;
- INSTALAÇÕES (em quase todas Unidades):
  - de conveses de voo para helicópteros;
  - das conexões necessárias ao reabastecimento no mar;
  - de enfermarias, centros cirúrgicos de emergência e até de pequenos hospitais;
  - de grupos destilatórios, imprescindíveis à provisão de água potável;
  - de centrais de comunicações ou reforço das existentes;
  - da complementação dos sistemas de radar, de sonar e de navegação.

Tudo isso foi realizado em estaleiros e bases navais inglesas, durante dois meses, tendo sido conseguida a impressionante média de somente cinco dias entre a requisição do navio e sua partida para as operações

militares, com as modificações já realizadas. Além disso, para toda a Operação Corporate, não se conheceu deficiências no suprimento, e todo o material empregado foi produzido em seu parque industrial ou fabricado de insumos que já estavam ali estocados, através de processos logísticos rotineiros, incrementados ou não pela "Mobilização Parcial" ocorrida.

Como se pode inferir, essa eficiência foi conseguida através de um primoroso planejamento, efetuado "desde o tempo de normalidade" (Preparo da Mobilização) e do desencadeamento de providências, medidas e atividades, coordenadas pelo Estado, em perfeita consonância com os interesses maiores da Segurança Nacional (Execução da Mobilização). Assim, pode-se afirmar que uma Mobilização Parcial deve ter atendido aos desígnios ingleses.

E aqui, em nosso país, em que estágio se encontra o Preparo da Mobilização Nacional? Os planejamentos nacionais estão prontos? E completos? Atualizados? Respondem às necessidades?

Sem dúvida, ainda há muito para ser feito. Primeiro - porque somente agora dispõe-se de uma Doutrina Básica de Mobilização Nacional, aprovada em 1987 pelo Presidente da República, mas ainda resta ser estabelecida uma Política Nacional

de Mobilização (o que fazer), uma Estratégia Nacional de Mobilização (como fazer) e as Diretrizes daí decorrentes.

Em segundo lugar, porque o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB) está ainda em fase de implantação, como também seus Sistemas Setoriais e Ministeriais, à exceção do Sistema Setorial de Mobilização Militar, que já está implementado.

Em terceiro lugar, a despreocupação gerada pela pequena proximidade física dos últimos conflitos, agravada pela índole pacifista do povo e autoridades brasileiras, bem como a baixa probabilidade de concretização das Hipóteses de Guerra atualmente levantadas.

Os passos iniciais têm sido dados e precisam ser incrementados. Nesse sentido, julga-se pertinente a adoção das medidas preliminares abaixo descritas, que envolvem baixo custo:

- preparo de assessorias especializadas, em todos os níveis necessários;
- elaboração de projetos de legislação para complementar o amparo jurídico
  - exemplo, lei das requisições;
- ajustamento de estoques estratégicos, considerando os riscos de obsolescência e da deterioração;
- levantamento da capacidade do surto industrial;

- busca da perfeita integração da base industrial mobilizável (BIM) com as indústrias não envolvidas diretamente no esforço de guerra;
- definição das prioridades (necessidades) das Forças Armadas;
- minimização da dependência externa.

Essas medidas e outras que viessem a ser adotadas poderiam ser sintetizadas nos estágios seguintes:

1º estágio - levantamento pormenorizado das necessidades da Expressão Militar para permitir a resposta adequada a cada HG levantada;

2º estágio - aferição das possibilidades do parque industrial nacional e, ainda, o valor do surto industrial possível;

3º estágio - avaliação das potencialidades industriais, considerando as conversões e transformações viáveis; e

4º estágio - comparação das necessidades com as disponibilidades para atribuição de prioridades e/ou a escolha de alternativas, incluindo a hipótese de importação dos itens pendentes.

Após esse estudo comparativo, realizado com base em ca-

da HG levantada, poder-se-ia traçar a estratégia conveniente para que o esforço de Mobilização Industrial venha a propiciar o incremento necessário às Forças Armadas, aumentando sua tão desejada capacidade de dissuasão, e potencial para uma operação bélica.

Inicialmente, é necessário especificar como se passaria o "esforço industrial da guerra". Dentro do parque industrial nacional, a maior sobrecarga recairia na "base industrial mobilizável", que compreenda os setores:

- indústrias de material bélico, que produzem material específico de uso operacional militar;
- indústrias de interesse militar, que fabricam itens de uso eventual pelas Forças Armadas; e
- outras indústrias de interesse da mobilização, em particular aquelas que preparam peças e componentes também utilizados em itens de uso militar.

Assim, delineada a base industrial mobilizável, é fácil compreender que o esforço integral das indústrias de material bélico não seria mais importante que os esforços intrínsecos dos demais setores industriais - basta considerar que um pequeno componente pode impedir a utilização de um grande conjun-

to, e, ainda, que o apoio à comunidade civil não deverá ser negligenciado, durante a guerra.

Por isso, tornou-se de importância fundamental que agora, durante a paz – fase do Preparo da Mobilização Industrial –, seja realizado o completo cadastramento do parque industrial nacional (base industrial mobilizável + indústrias não envolvidas no esforço de guerra), catalogando sua linha de produção e o valor do surto industrial possível, sua potencialidade, os desdobramentos, conversões e transformações viáveis, enfim, todos os dados que possibilitem o completo planejamento da Mobilização.

Somente assim a Mobilização Nacional – e, em particular, a Mobilização Industrial – estaria cooperando com a manutenção da "Soberania Nacional" e se convertendo num poderoso fator de dissuasão.

## BIBLIOGRAFIA

1. BASTOS, Théo Espíndola, 1984. In *A Defesa Nacional*, 712, 145-108. Rio de Janeiro.
2. CASTRO, Therezinha de, 1984. *O Ser ou Não Ser do TIAR*: In: *A Defesa Nacional* 713, 11-23. Rio de Janeiro.
3. ——— *O Cone Sul e a Conjuntura Internacional*. In: *A Defesa Nacional* 712, 17-34. Rio de Janeiro.
4. "Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales, Malvinas, Georgias Y Sauswich del Sur". C.A.R.I. 1983/85, 3 volumes. Buenos Aires.
5. DOBSON, Christopher, John Miller e Ronald Payne. *The Falkands Conflict*. Coronet Books, 1982. London.
6. GARCIA, G. Rigoberto, "La Cuestion de las Malvinas (Falklands)". "Institute of Latin American Studies", *Occasional Papers*, Junho 1982. Estocolmo.
7. GOYRET, José Teofilo, 1983. *El Ejercito Argentino em la Guerra de las Malvinas*. In: *Armas Y Geostratégia*, Maio 1983. Buenos Aires.
8. JAGUARIBE, Hélio 1982. *Reflexões sobre o Atlântico Sul*. In: *Revista Brasileira de Política Internacional* 97-100, 5-21. Rio de Janeiro.
9. MENDONÇA, Almir Taranto de, 1983. *Áreas de Fricção Política na América Latina*. Rio de Janeiro. ECEME (monografia).
10. OLIVEIRA, João Roberto de. 1985. *Áreas de Fricção na América do Sul e seus reflexos na Segurança e Harmonia dos Subcontinentes*. In: *A Defesa Nacional* 731, 137-174. Rio de Janeiro.
11. TROTTER, Neville, 1983. *The Falkands Campaign Command and Logistics*. In: *Armed Forces Journal International*, Junho 1983.
12. TULCHIN, Joseph e., 1986. *A Guerra das Malvinas: Conflito inevitável que nunca deveria ter ocorrido*: In: *Revista Política e Estratégica* Out-Dez 1986. Rio de Janeiro.



**JORGE LUIZ ABREU DO O' DE ALMEIDA** – Coronel do Exército, da Arma de Engenharia (Aspirante-a-Oficial de 1956) e do Quadro de Estado-Maior das Armas (QEMS) – Turma de 1976. Estudou Gerenciamento Econômico-Industrial da Segurança Nacional do Industrial College Of The Armed Forces (Fort Mac Nair –EUA) e titulouse analista de Sistema de Processamento Automático de Dados, pela Escola de Administração do Exército Norte-Americano (Fort Benjamin Harrison). Diplomado pela ESG –Escola Superior de Guerra (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia –1986), frequentou o Curso de Extensão de Comércio Exterior, do Instituto de Recursos Humanos da Fundação Getúlio Vargas (1987). Possui as seguintes condecorações; Ordem do Mérito Militar (Grau de Oficial), Ordem do Mérito Mauá – Comenda da Cruz de Mauá, Ordem do Mérito de Mato Grosso, Medalha Militar (Ouro), e Medalha do Pacificador. Comandou, por três anos consecutivos, o 9º Batalhão de Engenharia de Construção (Guiabá-MT). Atualmente é Chefe da Divisão de Assuntos de Mobilização da ESG.



**Faça um flagrante da sua vida. Tem um Volkswagen nela.**

É a pura verdade: onde quer que você vá por este Brasil aí fora, você encontra Volkswagen, muitos Volkswagen, milhões de Volkswagen. Dois motivos para essa popularidade: primeiro, porque existem mais de 40 mil pessoas trabalhando dia e noite para isso - o imenso time de funcionários e

operários Volkswagen, segundo, porque há muita gente à espera do resultado desse trabalho que chega até você em forma de Santana, Saveiro, Quantum, Voyage, Parati, Gol, Kombi, etc. Assim, por uma simples questão de causa e efeito, há muitos anos a marca Volkswagen faz parte da vida de

todos nós. Tente lembrar um momento sequer onde não aparece um Volkswagen. Difícil, não é?



**VOLKSWAGEN**  
Você conhece, você confia.